

# Juros devem cair com o ajuste fiscal

O Governo elaborou o programa de ajuste fiscal considerando que a taxa de juros - média Selic - ficará em 21,89%, na média, em 1999, cairá para 16,88% no ano seguinte e alcançará 13,37% em 2001. A confirmação dessas projeções será fundamental para estabilizar a dívida interna líquida do setor público em 44,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano 2001.

Essas taxas fazem parte das premissas do programa, mas isso não significa que serão executadas pelo Banco Central, que possui autonomia para fazer política monetária. Mas os juros "não deverão cair já", segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Ele disse que a adoção do ajuste fiscal apresentado pelo Governo permitirá "manter uma tendência de queda dos juros ao longo dos próximos três anos". Segundo as previsões oficiais, os juros nominais passarão dos cerca de 43% ao ano em outubro para pouco mais de 20% daqui 12 meses. Em outubro do ano 2000, os juros nominais estarão em cerca de 17% ao ano, caindo para cerca de 14% em 2001.

Bier explicou que todo o programa de ajuste fiscal foi montado em cima de uma condicionante básica: estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. Mesmo com o uso de recursos da privatização para abater o endividamento, a dívida líquida do setor público (União, estados, municípios e estatais) passou de 29,2% do PIB em dezembro de 1994 para 38,1% do PIB em junho último. A previsão do Governo é que termine este ano em 41,9% do PIB. O forte aumento foi provocado, principalmente, pelas altas taxas de juros que estão sendo praticadas no País nos últimos anos.

Foi o nível da relação entre a dívida pública e o PIB, considerado suportável para o Brasil, que definiu as metas de superávit primário para todo o setor público de 2,6% do PIB em 1999, de 2,8% em 2000 e 3% no ano 2001. O superávit primário é a



Ruy Baron

**BIER:** taxas com tendência de queda nos próximos três anos

sobra das receitas em relação às despesas, que vem sendo usada para pagar parte dos juros da dívida pública. Isso permite deduzir que se o superávit primário de 2,6% do PIB for atingido em 1999, o déficit nominal - que inclui os gastos com juros da dívida - deverá cair dos atuais 7% para 4% do PIB.

A equipe econômica almeja chegar em 2001 com um déficit nominal de apenas 2% do PIB. Os gastos do setor público com o pagamento de juros ficarão em 6,6% do PIB em 99, em 5,4% do PIB no ano 2000 e em 5% do PIB no ano 2001. A trajetória da dívida pública nos próximos três anos também pressupõe que o PIB cairá apenas 1% em 1999 - o mercado prevê uma recessão maior, de 2% -, crescerá 3% no ano seguinte e aumentará outros

4% em 2001. No mesmo período, a inflação ficaria em média em 2% ao ano.

Outros fatores também vão influenciar o grau de endividamento do País. Entre eles estão as receitas da privatização - calculadas em R\$ 24,7 bilhões em 1999 e em R\$ 16,4 bilhões em 2000 -, que deverão ser direcionadas para reduzir o grau de endividamento do setor público. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o que vai elevar de 41,9% para 44,9% a relação dívida-PIB, de 1998 para 1999, será a incorporação de passivos da União - os chamados "esqueletos" - ao estoque atual da dívida pública. Por conta disso, no próximo ano serão adicionados ao estoque R\$ 15,2 bilhões e outros R\$ 6,8 bilhões em 2000.

## PRINCIPAIS MEDIDAS

- 1 - Prorrogação até 2001 e aumento da alíquota da CPMF - No próximo ano, a alíquota passará de 0,2% para 0,38% da movimentação financeira dos correntistas de bancos. A partir de 2000, a alíquota será de 0,3%
- 2 - Os bancos passarão a pagar Cofins. Alíquota desta contribuição será aumentada de 2% para 3%, sendo que as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda o acréscimo da contribuição. As empresas optantes do Simples não pagam o acréscimo
- 3 - O Governo tentará fazer com que os depósitos judiciais de ações provenientes de devedores da União sejam recolhidos à Receita Federal, ao invés de ficar indisponíveis nos bancos na Caixa Econômica Federal. Espera arrecadar com isso R\$ 1,4 bilhão.
- 4 - Corte de R\$ 8,7 bilhões no orçamento previsto para o próximo ano
- 5 - Servidores públicos inativos da União e pensionistas que ganham até R\$ 1,2 mil passarão a recolher 11% de contribuição previdenciária. Quem ganha mais de R\$ 1,2 mil terá que recolher, pelos próximos cinco anos, um adicional de 9% sobre a faixa que excede aquele limite.
- 6 - Servidores da ativa que ganham mais de R\$ 1,2 mil terão que recolher um adicional de 9% de contribuição previdenciária sobre o que excede aquela faixa salarial
- 7 - As empresas estatais sofrerão um corte de R\$ 2,7 bilhões nos dispêndios entre 1999 e 2001. Os cortes serão feitos com base nos dispêndios e investimentos previstos para 1998
- 8 - Envio ao Congresso de projeto de lei, obrigando União, Estados e municípios a se enquadrarem à Lei Camata, que permite gastos máximos de 60% das receitas com pessoal, a partir do próximo ano. Em 1999, os estados e municípios terão que reduzir dois terços do que gastam além dos 60%, para eliminar o excedente no ano 2000.
- 9 - Envio ao Congresso de projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal para obrigar União, estados e municípios a manterem seus gastos dentro dos limites orçamentários. Serão estabelecidas punições institucionais, como bloqueio de verbas e repasses e punições individuais para responsabilizar os responsáveis diretos pela execução orçamentária da União,
- 10 - Projeto de lei dos crimes contra a Seguridade Social para punir sonegadores e divulgação de informações reservadas, dentre outros
- 11 - Lei Geral da Previdência - O projeto proporá regras gerais para os sistemas previdenciários da União, Estados e municípios, obrigará a cobrança de contribuições previdenciárias de servidores estaduais e municipais, exigirá que Estados e municípios façam contribuições aos seus sistemas e proibirá municípios com menos de cinco mil habitantes de terem sistemas próprios de previdência.
- 12 - O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permite à União ficar com 20% dos repasses feitos a estados e municípios será prorrogado até 2006. Na parte de receitas vinculadas à despesas, o Governo quer que 40% delas sejam desvinculadas.
- 13 - Projeto de reforma da legislação trabalhista, com o fim da unicidade sindical e redução da competência de ação da Justiça do Trabalho.
- 14 - A Secretaria da Receita Federal será transformada numa autarquia, para ganhar autonomia de gestão e salarial.

Estados e municípios.